

TRAGÉDIA NO SUL

» Entrevista | PAULA MASCARENHAS | PREFEITA DE PELOTAS

Gestora diz que RS está pagando o preço de uma irresponsabilidade coletiva da humanidade e que desastres serão frequentes

“Relação com a natureza tem que mudar”

» MAYARA SOUTO
Enviada especial

Capão da Canoa (RS) - O sul do Rio Grande do Sul sofre com a inundação da Laguna dos Patos, que recebe todo o volume de água do Guaíba. Já sabendo do problema, devido à cheia histórica em Porto Alegre, a região conseguiu se preparar com antecedência para não ter destruições tão severas. Em Pelotas, a água invadiu diversos bairros da Praia do Laranjal e tirou mais de 700 pessoas

de suas casas. O Canal São Gonçalo, que liga a Lagoa Miriam à dos Patos, é o principal responsável pela inundação na cidade. Assim como na capital gaúcha, diques de contenção separam a água do continente e amenizam as enchentes. Em entrevista exclusiva ao Correio, a prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas (PS-DB), explicou como o sistema funciona e como a cidade está lidando com as fortes chuvas.

A enchente deste ano em Pelotas foi maior do que a de setembro de 2023?

Sim, é maior. A gente teve em setembro a cheia na colônia Z3 e no Pontal da Barra, que são áreas de pescadores do Balneário Laranjal. Desta vez, nós tivemos invasão (da água) em boa parte do bairro, em uma área chamada Valverde e também em outra que é um pouco mais alta, chamada Santo Antônio. Então, realmente esta já pode ser considerada uma das maiores

cheias que nós vivemos. Só não é a maior porque na enchente de 1941 nós não tínhamos os diques de contenção (na beira do Canal São Gonçalo). Então, ela invadiu outras áreas da cidade que, por enquanto, estão a salvo.

Como funcionam os diques de Pelotas?

Os nossos diques têm, em média, 3,5 metros. Colocamos reforços em algumas áreas mais baixas. Alguns locais podem chegar

a 5 metros de altura. A gente está vendo isso com muita atenção. O dique, na verdade, é uma estrada. Ela foi se compactando naturalmente. A estrutura dele parece estar boa. São muitos anos de compactação e o que aconteceu foi a diminuição da altura em algumas partes. Mas nós estamos vivendo algo realmente histórico, porque esse dique tem mais de 50 anos e nunca foi necessário mais do que isso, né? Nunca teve uma cheia que ultrapassasse a

Gustavo Vara/Prefeitura de Pelotas



Como está a articulação com o estado para enfrentar essa situação e pensar alternativas?

Nós estamos muito focados no problema, neste momento. Estamos vivenciando e sabemos que por 15 dias ainda vamos ter essa apreensão. Então, a gente ainda não está buscando as alternativas. Não tivemos um momento para isso, mas teremos, assim que a gente superar essa crise. Temos recebido do estado um apoio no reforço das forças de segurança (Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil). Todas essas equipes estão atuando tanto no resgate quanto no convencimento de pessoas a sair das casas, no transporte de pessoas e também no policiamento mesmo. Uma das razões que faz as pessoas não quererem sair de casa é o receio de serem furtadas, saqueadas. Então, estamos também fazendo esse reforço. Além de, claro, receber itens de alimentação, agasalhos etc.

Houve casos de saques?

É possível que tenha tido alguns furtos. Mas isso a gente só vai saber depois. Se aconteceu algum tipo de crime assim foram em áreas mais alagadas, de difícil acesso. A polícia está fazendo aqui a segurança, inclusive, com barcos nesta região. Mas a gente vai ter certeza disso quando as pessoas puderem voltar para casa e aí sim, vamos ter os boletins de ocorrência. Estamos fazendo um grande esforço para evitar isso.

altura, e a gente espera que continue assim. Mas estamos preocupados porque a gente viu que realmente é uma enchente absolutamente sem precedentes em outras regiões do estado. Por isso, estamos usando precaução e cautela, pedindo para as pessoas desocuparem as áreas de maior risco.

O que pode ser feito a partir de agora, com a experiência da enchente, para conter novos desastres?

Acho que a gente precisa mudar muita coisa no nosso país, a humanidade, na verdade. A relação com a natureza, o conceito de sustentabilidade, isso tem que mudar porque obviamente que não é algo que se faz na cidade

ou no estado que geram (as enchentes). A gente está pagando o preço de uma irresponsabilidade coletiva da humanidade. Hoje, as consequências dela estão se abatendo sobre o Rio Grande do Sul, mas em outros momentos se abateram sobre outros países. Agora, olhando para a questão local, a gente vai ter que pensar sim em algumas alternativas de reforço nas cotas dos diques, de construção de novos diques, de talvez conter o avanço imobiliário em certas áreas que servem como área de expansão. Vamos ter que mudar essa cultura pensando que, obviamente, esses desastres vão começar a ficar muito frequentes, e a gente precisa ter essa responsabilidade, esse plano de resiliência.

TERRAS DE MARINHA

Prefeitura de Niterói



Terreno “de marinha” são faixas contadas a partir da linha máxima atingida pela maré cheia de 1831

CCJ discute alternativa

» RAPHAEL PATI

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal realiza hoje uma audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2022, que transfere os chamados “terrenos de marinha” a proprietários particulares ou estados e municípios. No primeiro caso, as terras seriam transmitidas mediante pagamento, enquanto que, nos dois últimos, de maneira gratuita.

Diferentemente do que se possa imaginar, os terrenos de marinha não pertencem à Marinha do Brasil. São propriedades da União estabelecidas há quase dois séculos, em 1831, que compreendem áreas localizadas na costa marítima, margens de rios e lagoas — até onde houver influência das marés —, manguezais, apicums, além das que contornam ilhas costeiras e oceânicas.

Para definir se o terreno é considerado “de marinha”, ou não, é necessário destacar que são faixas contadas a partir da linha máxima atingida pela maré cheia do ano de 1831 até 33 metros para dentro do território. O objetivo para a demarcação, na época, era garantir uma faixa livre de edificações para fortalecer o acesso

e a defesa do território frente a ameaças externas.

A PEC 3/2022 tem origem em outra proposta de emenda, de 2011. No Senado, o relator da matéria é Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro. O texto extingue a competência da União em gerir os terrenos, por meio da remoção do artigo 20 da Constituição Federal e do parágrafo 3º do artigo 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A audiência foi requerida pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), contrário à proposta. Segundo o parlamentar, é necessário um debate mais aprofundado sobre o tema, tendo em vista que o texto modifica a Constituição Federal de 1988. Representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Associação S.O.S. Terrenos de Marinha já confirmaram presença.

“Cancunização”

A aprovação da PEC na Câmara, ainda em fevereiro de 2022, ocorreu na mesma semana em

que foi aprovado o projeto de lei que regulariza jogos de azar no Brasil. As duas propostas — que seguem para análise no Senado — são categorizadas por organizações que atuam na temática do meio ambiente como “cancunização do Brasil”, em referência à cidade de Cancún, no México, para caracterizar um avanço muito forte do turismo sem fiscalizações.

Para o coordenador Executivo no Instituto Linha D'Água, Henrique Kefalas, o instrumento da PEC como alternativa para a solução às terras de marinha não seria o melhor caminho a ser adotado pela legislação. “De fato, vemos com bastante preocupação essa transferência da propriedade, ainda que a gente entenda que a transferência da gestão já existe. Já está na lei, e é isso que precisa ser mais bem implementado”, argumenta.

“Esperamos que a audiência pública chame a atenção para esse tema e que a gente consiga argumentar para os parlamentares que é uma solução ruim para um problema real. Então precisamos, na verdade, discutir outras soluções, outros caminhos, que não seja uma emenda à Constituição simplista e que não resolve o problema. Pelo contrário, pode agravá-lo”, acrescenta, ainda, o coordenador.

Seu leão pode colorir a vida de muitas crianças

ATÉ 31/5

Doe seu Imposto de Renda para o Hospital Pequeno Príncipe

Que tal fazer uma **doação** para **projetos sociais** em vez de pagar **Imposto de Renda**? Parece interessante, né?

Muita gente não sabe dessa oportunidade, mas é possível **apoiar** instituições filantrópicas, como o **Hospital Pequeno Príncipe**, de forma **fácil e sem custo**.

Leia o QR code ao lado ou acesse nosso site e veja como doar, direto na declaração, até 31 de maio.

[41] 2108-3886 [41] 99962-4461
doepequenoprincipe.org.br

100 ANOS HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE